



Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

8ª Vara Federal Cível da SJMT

PROCESSO: 1001606-18.2018.4.01.3600

CLASSE: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)

AUTOR: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RÉU: DISCENTES NÃO IDENTIFICADOS

G5

DECISÃO

1. RELATÓRIO

Trata-se de ação de reintegração de posse ajuizada pela **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO** em face de **DOCENTES NÃO IDENTIFICADOS**, requerendo em sede de antecipação de tutela, reintegração de posse em seu favor do imóvel localizado na Avenida Edgar Vieira, nesta Capital-FUFMT, devendo o respectivo mandado ser dirigido contra todo e qualquer ocupante irregular que se encontre no local ou que tente impedir a abertura das guaritas da FUFMT, determinando-se, ainda, o impedimento do bloqueio de acesso a veículos e pessoas no campus e a invasão de qualquer prédio da UFMT, especialmente a Reitoria.

Narra a Autora que docentes não identificados estão bloqueando o acesso da UFMT, prejudicando o acesso de servidores e professores àquela IES, bem como dos demais usuários daquela instituição e moradores daquela região. Inclusive tais docentes ocuparam a Reitoria, tendo deixado o local apenas após conversa mantida com o Reitor.

A Autora sustenta que é legítima proprietária do imóvel, que o imóvel trata-se de bem público de uso especial e está caracterizado o esbulho possessório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 300, *caput*, do CPC, "A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo."

Verifico a presença dos requisitos necessários à concessão da medida.

2.1. DA PROBABILIDADE DO DIREITO

Conforme se depreende dos autos, e até mesmo pelas notícias veiculadas na mídia, é fato crível a ocupação de alguns docentes no prédio da UFMT, mormente nas duas guaritas de acesso ao prédio, bloqueando o acesso das demais pessoas à instituição.

O direito à propriedade, previsto no art. 5º, inciso, XXII da Constituição da República, deverá ser respeitado, cabendo ao Poder Público, inclusive, proteger o cidadão de eventuais ameaças.

Perturbações como esta apresentada nos autos insurge-se não apenas contra o proprietário do imóvel, mas contra o próprio Estado Democrático de Direito, que a Constituição Cidadã de 1988 o resguardou das mais variadas formas de abusos e autoritarismos.

A gravidade da situação posta evidencia-se pelo fato de que não só o proprietário está sendo esbulhado na posse do imóvel, mas os réus também vem impedindo o acesso de professores, servidores, demais estudantes interessados em comparecer às aulas, bem como dos moradores circunvizinhos e da população em geral, sendo esta impedida de ter acesso às quadras poliesportivas, teatro, biblioteca, zoológico, dentre outros.

Dispõe o art. 560, do CPC/2015:

Art. 560. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho.

Art. 561. Incumbe ao autor provar:

I - a sua posse;

II - a turbação ou o esbulho praticado pelo réu;

III - a data da turbação ou do esbulho;

IV - a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou a perda da posse, na ação de reintegração.

Art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

À vista do exposto, entendo presente a probabilidade do direito alegado, devendo ser deferido em favor da Autora a expedição de mandado liminar de reintegração de posse.

2.2. DO PERIGO DE DANO

O risco de dano ao patrimônio público foi comprovado, mormente pelas fotos colacionadas pela Autora e pelo Memorando nº 109/2018/ICET/Departamento de Química, que comprovam a ocupação irregular dos Réus dentro do prédio, na Reitoria e nas salas de aula.

Afigura-se, também, presente o dano social, haja vista que o direito à educação (professores e alunos), ao trabalho (servidores da IES), ao lazer (população em geral) também está sendo obstaculizado pelos Réus.

3. DISPOSITIVO

Diante do exposto, **defiro o pedido de antecipação de tutela** para determinar a expedição de mandado de reintegração de posse em favor da Autora do imóvel localizado na Avenida Edgar Vieira, nesta Capital-FUFMT.

O respectivo mandado deve ser dirigido contra todo e qualquer ocupante irregular que se encontre no local ou que tente impedir a abertura das guaritas da FUFMT.

Os Réus deverão, ainda, liberar o acesso de veículos e pessoas no campus e abster-se de invadir qualquer prédio da UFMT, especialmente a Reitoria, laboratório e salas de aula.

Em caso de descumprimento desta decisão, fixo, desde já, multa diária no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Oficie-se à Polícia Federal e ao Comando Geral da Polícia Militar/MT para que um contingente acompanhe o oficial de justiça no cumprimento da decisão, bem como mantenha a ordem no local.

Citem-se e intimem-se os ocupantes não identificados. E havendo possibilidade, os mesmos devem ser identificados.

Não sendo identificados os Réus, defiro, desde já, citação por edital.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Cuiabá, 04 de maio de 2018.

RAPHAEL CASELLA DE ALMEIDA CARVALHO

JUIZ FEDERAL



Assinado eletronicamente por: **RAPHAEL CAZELLI DE ALMEIDA CARVALHO**
[http://pje1g.trfl.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento](http://pje1g.trfl.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)
[/listView.seam](http://pje1g.trfl.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)
ID do documento: **5627699**



18050418051103500000005611253